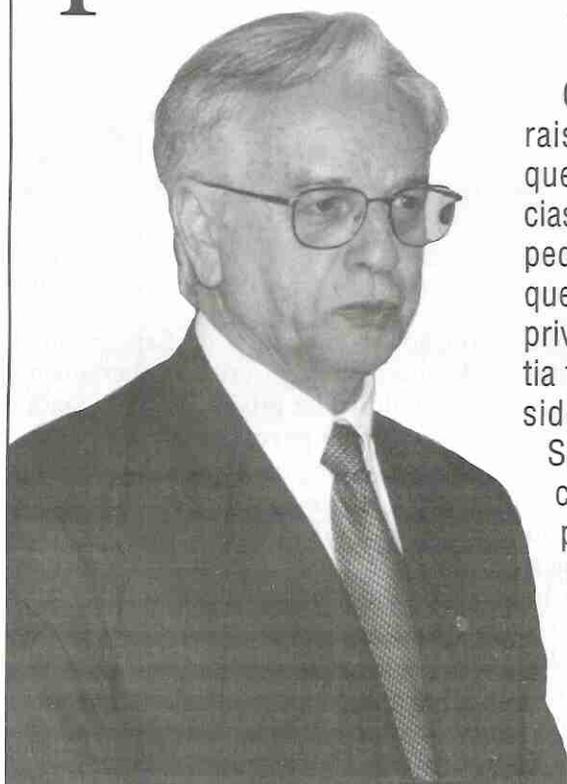


## Itamar vai ao Supremo contra a privatização das águas em Minas



O governador de Minas Gerais, Itamar Franco, anunciou que irá às últimas conseqüências, no campo jurídico, para impedir a privatização de Furnas que, na realidade, representa a privatização das águas. A garantia foi dada pelo próprio ex-Presidente da República, no Rio. Segundo Itamar, "a água, como um bem difuso, não pode pertencer a particulares, tem que pertencer a todos nós". O governador mineiro fez um duro discurso contra a política econômi-

ca do presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmando que quem governa o Brasil, hoje, "particularmente o nosso sistema financeiro, é o Fundo Monetário Internacional". Itamar Franco divulgou um estudo realizado por uma Comissão de Juristas criada por seu governo para estudar a questão da venda de Furnas. O trabalho, examinando detalhadamente o assunto, está impresso em 11 volumes, com cerca de 3.800 páginas, e extrapola a questão da venda da empresa de energia.

Coordenado pelo ex-Procurador Geral da União em seu governo, José de Castro, o estudo foi feito a partir do exame da Carta Imperial de 1824 até a constituição vigente, de 1988, além da legislação ordinária desde o primeiro decreto, o primeiro código de águas, em 1930. Para o jurista José de Castro, o artigo primeiro da Constituição é indiscutível: "Como é que se pode vender uma usina que funciona pela força das águas, sem vender as águas. E vender as águas é inconstitucional".

Páginas 4 e 5

### DEBATE

#### A quem interessa o Estado Mínimo?

A luta pelo Saneamento Público passa, necessariamente, pela conscientização da sociedade sobre os riscos da privatização da água. A partir deste número, o Jornal da ASEAC abre um espaço para a população opinar sobre a questão.

Página 8

#### Política Nacional de Saneamento volta ao debate

Página 2

#### Privatização em Campos ainda aguarda solução da justiça

Página 7

#### Garotinho e Benedita vetam projeto em defesa do Saneamento Básico do Rio

O líder do PT na ALERJ, deputado Carlos Minc, disse que a vice-governadora Benedita da Silva, apenas cumpriu uma determinação da Assessoria do governador, que considerou o projeto inconstitucional. Mas o deputado Chico Alencar não tem a mesma opinião e vai propor na convenção do Partido uma moção pública de repúdio a Benedita.



Página 6

Associação dos Empregados de  
Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 601/602/607 e 902  
Telefones 263-6240 / Telefax: 253-7482  
Home Page: aseac.com.br  
E-mail: aseac1@ism.com.br

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Diretor Presidente**  
Dario Mondego  
**Diretor Vice-presidente**  
Paulino Cabral da Silva  
**Diretor Administrativo**  
Júlio César de O. Antunes  
**Diretor Financeiro**  
Edson Reis da Silva  
**Diretor de Comunicação**  
Jaime Dutra Noronha  
**Diretor Técnico**  
Márcio de Melo Rocha  
**Diretor Social**  
Antônio Carlos Álvares Grillo  
**Diretor Representante dos**  
**Aposentados**  
Walcyr Goulart Mariosa  
**Diretor Adjunto**  
João Benedito Lorenzon Mello

**CONSELHO DIRETOR**

**Representante dos Administradores**  
Sérgio Rego Rodrigues  
**Advogados**  
Sueli Kolling Turano  
**Analistas de Sistemas**  
César Lima da Graça  
**Arquitetos**  
Júlio Celso Bragança Gil  
**Aposentados**  
Armando Costa Vieira  
Edson Bittencourt Rosa  
Eliana Glória Peixoto  
Leon Ambram  
Maria Carmem M. M. Almeida  
**Contadores**  
Sérgio Pereira  
**Demais Categorias**  
Evandro Rodrigues de Brito  
**Economistas**  
Pedro Evandro Ferreira  
**Engenheiros**  
Álvaro Henrique C. Verocai  
Clóvis Francisco do Nascimento Filho  
Jonathas Ferreira Filho  
Márcio de Melo Rocha  
Renato Guerra Marques  
**Sócios Aspirantes**  
Júlio César de Oliveira Antunes

**CONSELHEIROS NATOS**

Antônio Inácio da Silveira, Walnyr  
Bittencourt de Oliveira, Emy  
Guimarães de Lemos, João Carlos do  
Rego Pinto, Renato Lima do Espírito  
Santo, Carlos Henrique Soares de  
Menezes e Jaime Dutra Noronha.

**CONSELHO FISCAL**

**Efetivos:** Aloísio Souza da Silva,  
Alberto Burd e Gerson Pereira L.  
Nascimento. **Suplentes:** Antônio  
Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues  
Leitão e Leon Ambram.

**Produção e Edição**

Planin-Assessoria de Comunicação  
Tels: (021) 220-5930/524-0890

**Jornalista Responsável**

Carlos Emiliano Eleutério  
MTB: 12.524/RJ

**Diagramação e Editoração Eletrônica**  
Planin Assessoria de Comunicação

Edição setembro de 1999

Tiragem: 2.000 exemplares

# A retomada da discussão

## Câmara Federal promove Conferência Nacional de Saneamento

A retomada de uma articulação nacional pela implantação de uma Política Nacional de Saneamento foi o principal estímulo do deputado Sérgio Novais (PSB/CE), presidente da subComissão de Saneamento, da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, para coordenar a realização de uma Conferência Nacional de Saneamento Ambiental. O evento será no Auditório da Câmara (Nereu Ramos), em Brasília, nos dias 20, 21 e 22 de outubro próximos. Segundo o parlamentar, durante a Conferência, serão abordadas todas as questões diretas ou indiretamente relacionadas ao Saneamento Ambiental:

“A questão da titularidade, o papel dos municípios, dos estados e do governo federal, a falta de financiamento para o setor público, entre outros, serão debatidos exaustivamente por técnicos, governo e políticos de todo o país. Uma de nossas grandes preocupações é a questão da privatização. Hoje, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - está comprando a COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento - e a EM-BASA - Empresa Baiana de Saneamento - para privatizá-las. Os recursos arrecadados com a venda dessas empresas só poderão ser utilizados para a formação de Fundos Previdenciários. Ou seja, o governo federal, através do BNDES e da Caixa Econômica Federal - CEF -, está fazendo uma verdadeira chantagem com os governos estaduais. Este, sem dúvida, é um dos assuntos a ser debatido pela Conferência.”

Novais afirmou ainda que, apesar da falta de financiamento ser um dos

grandes gargalos do Setor Público, em contrapartida, sobra dinheiro fácil, oferecido pelo BNDES e pela CEF para as empresas privatizadas ou em processo de privatização.

Aliás para o parlamentar, o veto ao Projeto de Lei 199 (PL-199), que definia uma Política Nacional para o Saneamento, logo nos primeiros dias do primeiro mandato do presidente FHC, e a política de privatização imposta pelo Fundo Monetário Internacional - FMI -, desarticularam de uma tal forma o Saneamento que há anos não se discute a questão a nível nacional. Daí a importância desta conferência.

O deputado Sérgio Novais explicou ainda que haverá um painel específico sobre a questão dos Recursos Sólidos, que tradicionalmente recebe uma atenção menor do Poder Público. Além disso, haverá debates sobre a democratização da gestão e sobre modelos de gestão, além de um painel específico sobre a concessão dos serviços públicos, com a participação dos juristas Josaphá Marinho (ex-Senador) e Alaor Café, de São Paulo.

Ao priorizar o modelo de gestão pública para o Setor de Saneamento Ambiental, integrado a consórcios municipais, com controle social, o deputado cearense defendeu a participação da sociedade nos Conselhos de Adminis-



As implicações sociais do lixo serão debatidas em Brasília

tração das empresas de Saneamento. Ao mesmo tempo, criticou abertamente a política de privatização do Setor, imposta pelo governo FHC: “Se o Saneamento for privatizado, vamos submeter o abastecimento público à lógica de mercado. Isto é um absurdo, a água não pode ser entendida como mercadoria. Ela é um bem vital”.

Sérgio Novais disse ainda que o documento final da Conferência deverá ser entregue ao próprio presidente FHC, de forma que este se informe sobre o que o Setor espera do governo federal. Além disso, este mesmo documento, explicou, deverá ser utilizado para que se dê continuidade a uma articulação política dentro do Congresso Nacional para reverter a tendência de privatização do Setor de Saneamento Ambiental.

## Recursos do FGTS são desviados para a compra de títulos públicos

O deputado cearense, Sérgio Novais, denunciou que, dentro da política do governo FHC de sufocar às empresas públicas, estão deixando de ser investidos anualmente cerca de R\$ 1,5 bilhão (recursos do FGTS) no Setor de Saneamento:

“FHC não pode manter esta política de restrição ao financiamento das empresas públicas. Na Conferência, vamos discutir esta questão sob todos os aspectos.”

A denúncia do parlamentar se torna

ainda mais grave se a analisarmos ao lado de estudo concluído pelo engenheiro Marcos Helano Montenegro, ex-presidente da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - CEDAE - e da Companhia de Águas e Esgotos de Brasília - CAESB - para a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae.

A conclusão do estudo da Assemae é de que, além de não estar financiando o setor público com recursos do FGTS, o governo federal está aplican-

do o dinheiro dos trabalhadores em títulos da dívida pública federal. Embora a Lei que instituiu o FGTS determine que os recursos do Fundo só podem ser utilizados para financiar os setores de habitação popular, de Saneamento e de infra-estrutura urbana isto não está ocorrendo. O saldo do FGTS está sendo aplicado em títulos da dívida pública federal. Somente no final de 1998, mais de 91% dos recursos disponíveis do Fundo, ou seja, R\$ 12,4 bilhões, foram aplicados em títulos da dívida pública.

# Acordo Multilateral de Investimentos

## Um novo Tratado de Tordesilhas para o século XXI

O jornal da ASEAC circula, hoje, em vários setores da sociedade organizada, como a Assembléia Legislativa, Câmaras de Vereadores e associações de moradores. Aliás, a partir deste número, a última página do Jornal está destinada a ser um espaço democrático, para que a sociedade opine sobre os riscos de um crescimento ainda maior do neoliberalismo e também da globalização da economia. Já neste número, temos um artigo do presidente da Associação de Moradores da Lauro Muller, Abílio Tozini, que lança um desafio para todos nós: "... falta privatizar a Petrobrás e a água que você bebe... E você vai permitir?"

Vocês devem estar se perguntando o porquê de estarmos colocando em discussão a globalização da economia e as suas conseqüências para nós, enquanto indivíduos, enquanto indivíduos brasileiros ou mesmo enquanto sociedade. A resposta é simples. Hoje, sabemos que não basta cobrar atitudes ou mesmo o cumprimento de promessas de políticos, que estão exercendo o poder neste momento.

Além disso, e mais do que isso, precisamos democratizar a informação, abrir o debate, divulgar notícias que a Grande Mídia é proibida de destacar, mas que vão interferir, a curto prazo, diretamente na manutenção de nossos empregos, na perspectiva de empregos para os nossos filhos e no empobrecimento de nosso país. Neste momento, é bom lembrar o poeta quando diz: "um homem se humilha, se castam seu sonho. Seu sonho é sua vida e a vida é o trabalho ... E sem o seu trabalho, um homem não tem honra e sem a sua honra, se morre, se mata...". Em suma, não dá para ser feliz, do jeito que as coisas estão.

Na verdade, tudo isso serve de introdução para que falemos de uma nova ameaça à sociedade brasileira: o Acordo Multilateral de Investimentos - AMI - que é uma espécie de **Declaração Internacional dos Direitos do Dinheiro** e que, se adotado, proíbe os países signatários de adotar iniciativas em favor dos direitos dos trabalhadores, salvaguar-

das do meio-ambiente, defesa dos consumidores etc., em favor das grandes empresas multinacionais.

O governo brasileiro tem a intenção de assinar este Acordo por ocasião da "Rodada do Milênio" - como está sendo chamada a terceira reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio - OMC -, onde o Acordo Multilateral de Investimentos será deliberado. O encontro será em Seattle, nos Estados Unidos, entre os dias 30 de outubro e 03 de novembro próximo.

Durante a "Rodada do Milênio", multinacionais e governos que têm força econômica e política, a nível mundial, negociarão entre si quais os investimentos que farão, em que mercados de serviços públicos investirão (dentre os quais saúde, educação, transportes e Saneamento) etc. Nesta nova rodada de liberalização de negócios, os participantes vão acertar ainda sobre a subordinação dos poderes políticos locais aos interesses dos investidores.

Além disso, pretendem definir a criação de uma Corte de Justiça Econômica internacional e independente. Isto significa dizer que qualquer ato de governo, que coloque em risco o lucro potencial de qualquer uma dessas empresas multinacionais signatárias do Acordo, dará a ela o direito de acionar o governo e escolher o fórum (o país), onde a causa será julgada. Em outras palavras, isto significa substituir o direito dos povos de se organizarem pelo direito de as multinacionais organizarem os povos.

Na verdade, o AMI representa um novo Tratado de Tordesilhas - Acordo que foi assinado por Portugal e Espa-

nha (as grandes potências econômicas da época), no final do século XV, início do século XVI, que dividia o Novo Mundo entre os dois países. Este Tratado legitimou a invasão de países e o extermínio das culturas e dos povos indígenas, que habitavam a América. - dentro da visão capitalista imediatista

de que era preciso retirar das então colônias de Exploração tudo o que fosse possível.

Considerando-se o caráter apátrida das multinacionais, que só visam o lucro, pode-se concluir que, se o Brasil assinar este Acordo, não teremos mais necessidade de eleições para escolher os membros do Congresso Nacional ou mesmo para eleger o presidente da República, pois eles não terão mais qualquer função,

porque o país terá entregue formalmente a sua soberania. Seremos de novo Colônia! Só que desta vez, ao invés de pertencermos simplesmente a Portugal, pertenceremos aos EEUU, a União Européia e a empresas multinacionais, regidos por uma espécie de "constituição internacional" definida pelo grupo de países ricos.

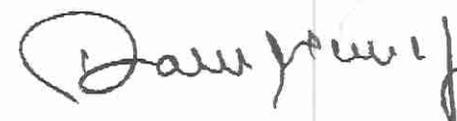
Esta discussão sobre o AMI é fundamental, no momento em que estamos lutando contra a privatização das empresas de Saneamento, único setor do país que ainda não foi entregue ao capital internacional. Neste momento, é válida a pergunta: Por que lutamos? Se este Acordo for assinado, a resposta é simples: - Por nada. Teremos lutado por nada também, se não conseguirmos mobilizar a sociedade, de forma que ela entenda que a manutenção do Saneamento na esfera pública é a última trincheira de

resistência que não pode cair, sob o risco de que as gerações futuras venham nos cobrar o motivo de não termos reagido.

É óbvio que não vamos ter o direito de dizer que não sabíamos do significado do AMI. Até porque organizações não governamentais - ONGs - internacionais, como a francesa "Ação para Tributação das Transações Financeiras e Apoio aos Cidadãos" - ATTAC -, estão denunciando o AMI, a nível mundial. Fundada em 1997, na França, a ATTAC é uma ONG que está se consolidando em vários países do mundo, inclusive no Brasil, defendendo os interesses dos povos para gerir o seu próprio destino. No Rio de Janeiro, a ATTAC se reúne na Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET - à Avenida Nilo Peçanha, 50/2409, todas as quintas-feiras, às 19 horas. O telefone da AEPET é (021) 533-1110.

Nos últimos anos, a ASEAC passou a entender a importância de assumirmos um comportamento político mais agressivo e, em função dessa sua mudança de atitude, hoje mantém contatos políticos fortes na Assembléia Legislativa do Estado e em algumas câmaras de vereadores, assim como em setores da sociedade organizada. Acreditamos que seja o momento de entrar em contato com esses parlamentares e com todos os setores possíveis da sociedade organizada, para pressionarmos o governador Anthony Garotinho, no sentido de que este se posicione com relação ao Acordo Multilateral de Investimentos. É o momento também de os brasileiros assumirem o compromisso de exigir do presidente um compromisso com a sociedade e contra mais esta "jogada" do capital internacional, que ofende os verdadeiros interesses do nosso país.

**"Se o Brasil assinar este Acordo, não precisaremos mais de eleições para escolher os membros do Congresso ou mesmo o Presidente da República, pois eles não terão mais qualquer função."**



Dario Mondego  
Presidente

## Pela legalidade

# Juristas concluem estudo provando que privatizar águas é inconstitucional

## Vender água é estelionato

Fotos: Lewi Moraes



José de Castro: "A água que corre no território nacional é propriedade de todas as gerações. Não podemos alienar esse patrimônio a título algum".

**“Q**uem alienar a água sob a forma de transferência de propriedade, de servidão ou da forma que for, estará cometendo estelionato. Também não se pode vender nem alienar a água, porque ela é parte do território nacional. Alienar a água é alienar a soberania do país que, evidentemente, não está, não esteve e nem pode estar à disposição de ninguém para ser vendida em tempo nenhum.”

A declaração é do ex-Procurador Geral da União, José de Castro, com base em um estudo, encomendado pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco, para ser usado na justiça como argumento jurídico-constitucional contra a venda de Furnas Centrais Elétricas pelo governo Federal. Castro, que participou de um almoço em homenagem a Itamar, no Clube de Engenharia, no último dia 30, no Rio, presidiu uma Comissão Especial de Juristas formada pelo governo de Minas para estudar o assunto. A conclusão foi de que, para vender Furnas, o governo federal teria que alienar, junto, as águas que alimentam a Usina, “e isto é inconstitucional”, garantiu.

- Uma usina hidrelétrica não funciona sem a água. Então, como é possível vender Furnas e não vender a água que ela utiliza para gerar energia. Isso é uma forma estelionatária de fazer negócio – afirmou o jurista. Segundo ele, o trabalho se baseou na Constituição brasileira que (no item dois, artigo 21, letra b, inciso 2) diz que a água que há no território nacional não é, sequer, propriedade nossa, mas das gerações que vivem sobre o planeta. “É propriedade de todas as gerações, de todos os tempos. Dessa forma, não podemos vender a água, não podemos alienar esse patrimônio, a título algum”.

### Questão indiscutível

José de Castro explicou que, durante os trabalhos da Comissão, houve quem sugerisse um plebiscito, mas a proposta foi vetada. Isto porque, mesmo que todos, por unanimidade, tivessem o poder de vender as águas, e assim decidissem, isso não valeria nada. “Quem está recebendo dos pais, avós e de todas as gerações passadas um bem difuso tem o dever de transmiti-lo a todas as gerações futuras. É o que consta no artigo primeiro da Carta Constitucional da República”, garante.

Segundo ele, pelo artigo 21 da Constituição, se o governo federal quisesse “mexer” em alguma coisa, teria que agir de acordo com o estado em cujo território corre a água. “Convidamos o presidente e a Diretoria do BNDES para comparecer à Comissão e mostrar os argumentos que eles tinham em seu poderoso arsenal de inteligência, para contrariar os pontos de vista do nosso estudo, feito com base na opinião de homens da maior qualidade técnica e da mais profunda respeitabilidade moral. Não recebemos nem resposta, a Comissão simplesmente foi desconsiderada. E segundo o governador Itamar Franco nos informou, não houve nenhuma consulta do governo federal ou algum tipo de entendimento com o Estado de Minas sobre a questão da venda de Furnas e das águas que a usina utiliza, o que demonstra, claramente, que o artigo 21 da Constituição está violado de maneira absurda”.

Para o jurista, o artigo primeiro da Constituição é indiscutível: como é que se pode vender uma usina hidrelétrica, que funciona pela força das águas, sem vender as águas que esta utiliza. Se fosse possível vender as águas, como ficaria a questão da navegação, do turismo, das plantações ribeirinhas e outros. “A água é uma fonte inesgotável de riqueza, e o mundo só existe em função dela. Deus primeiro criou a água para depois criar os seres, pois sem as águas a criação de seres vivos seria rigorosamente impossível”.

José de Castro disse também que o documento entregue ao governador mineiro poderá ser usado em uma ação do governo de Minas contra a venda de Furnas e das águas do Estado junto ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília. “A comissão entendeu que era dever do Estado de Minas opor-se à venda de Furnas, através de ação própria, perante a Suprema Corte. O STF deve assumir a sua parcela de responsabilidade, que por sinal é imensa, diante do país e diante da história”, explicou. Ao concluir, garantiu, que as usinas hidrelétricas não podem ser alienadas: é inconstitucional. Levamos a conclusão de nosso trabalho ao governador Itamar Franco, na esperança, na convicção, de que se este for um movimento no sentido de levar o problema à suprema corte do país, ela deverá responder afirmativamente, pela inconstitucionalidade argüida e levantada pelos juristas”.

## A questão da água desde o Império

A Comissão de Juristas constituída pelo governador Itamar Franco para estudar a questão da venda de Furnas Centrais Elétricas e, conseqüentemente, das águas que alimentam a usina, gastou exatos 98 dias para concluir seu parecer. O trabalho, examinando detalhadamente o assunto, está impresso em 11 volumes, com cerca de 3.800 páginas, e extrapola a questão da venda da empresa de energia. Coordenado pelo ex-Procurador Geral da União no governo Itamar Franco, José de Castro, o

estudo teve a participação do jurista e advogado carioca Marcelo Cerqueira. Na verdade, a conclusão do trabalho serve para condenar juridicamente a privatização do sistema hidro-energético do país. A comissão reuniu professores, membros do Ministério Público etc.. E para elaborar um parecer se baseou na Carta Imperial de 1824, na Constituição de 1988 (em vigor), além da legislação ordinária desde o primeiro decreto sobre a questão, o primeiro Código de Águas (1930). Cons-

# Itamar Franco assume a luta pelo Saneamento Público em seu Estado e no País

## Minas vai ao Supremo

Fotos: Lewi Moraes



Itamar Franco: "Quem governa o Brasil hoje, particularmente, nosso sistema financeiro, não é a Constituição. É o Fundo Monetário Internacional".

tou do levantamento também um estudo do direito comparado e da dinâmica que movimentou o sistema de privatizações em todo o mundo.

Desse estudo, resultou a informação de que, nos EUA, as usinas hidrelétricas pertencem e são geridas, ora pelo governo estadual, ora federal e até municipal, como é o caso de Nova Iorque, mediante uma supervisão e gerenciamento do corpo de engenheiros do Exército norte-americano, porque lá a questão é tática, estratégica, de

soberania nacional, de segurança nacional. Pelo estudo conclui-se ainda, que no mundo inteiro, não existe efetivamente um sistema de privatização de energia geradas por hidrelétricas.

Enquanto isso, aqui no Brasil, o governo federal dividiu Furnas Centrais Elétricas para privatizá-la em três empresas. Considerando-se que Furnas é uma grande obra da engenharia brasileira, um sonho de progresso, nunca se conseguiu entender do ponto de vista do interesse nacional a razão deste seccionamento.

O governador de Minas Gerais, Itamar Franco, afirmou que irá às últimas conseqüências, no campo jurídico, para impedir a privatização de Furnas Centrais Elétricas que, na realidade, representa a privatização das águas, cuja venda, segundo o parecer da Comissão de Jurista constituída por seu governo, é inconstitucional.

A garantia foi dada pelo ex-Presidente da República, no Rio, durante o almoço em sua homenagem no Clube de Engenharia, quando fez uma exposição sobre as iniciativas de seu governo para impedir o esfacelamento e a privatização de Furnas Centrais Elétricas com a conseqüente venda das águas que alimentam a Usina. Segundo Itamar, "a água, como um bem difuso, não pode pertencer a particulares, tem que pertencer a todos nós".

O governador mineiro fez um duro discurso contra a política econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmando que quem governa o Brasil, hoje, "particularmente o nosso sistema financeiro, não é a Constituição Federal, mas sim o Fundo Monetário Internacional - FMI". Itamar Franco afirmou que o governo brasileiro chegou ao extremo de prometer ao FMI, sem discutir, dentro do país, com as Forças Armadas brasileiras, a submissão ao Congresso da legislação que aumenta a contribuição dos militares na seguridade social".

### A soberania nacional

"Todos deveriam conhecer o memorando de política monetária que o Brasil assinou com o Fundo, porque nele está explicado porquê se pretende vender as empresas energéticas do país. No item 27 do Acordo, o governo brasileiro promete ao FMI acelerar o processo de privatização das empresas nacionais e, já em 1999, completar a privatização das companhias de energia. No ano 2000, deseja privatizar o sistema de transmissão de energia, além de vender o que ainda lhe resta de ações de companhias privatizadas, como a Light e a Vale do Rio Doce, bem como as ações que garantem ao governo o controle da Petrobrás. Na área de Saneamento, a promessa é no sentido de promover a ruptura legal para permitir a privatização e concessão dos sistemas de água e esgotos", disse Itamar.

Respondendo a pergunta do Jornal da ASEAC sobre a proposta de FHC de

vender as empresas do Setor de Saneamento, Itamar Franco afirmou que, como engenheiro, atuou durante dois terços de sua vida no setor. "Fui, inclusive, fundador do Departamento de Água e Esgotos de Juiz de Fora, antes mesmo da fundação da Copasa, que hoje atende a mais de 500 municípios em Minas". Em seguida afirmou não ter dúvidas de que a grande luta do Século 21 vai girar em torno do problema da água.

-O Saneamento básico é fundamental no processo ambiental, no controle do Meio Ambiente e na gestão dos recursos hídricos, e nós aqui somos privilegiados - afirmou. O governador de Minas revelou ainda a existência de estudos recentes que demonstram a redução, nos últimos 25 anos, da quantidade de água disponível no mundo, de 12.500 metros m<sup>3</sup> para 7.500 m<sup>3</sup> por pessoa, enquanto o consumo populacional está em franca curva crescente. Historicamente, o acesso à água tem sido causa de intensos e aguerridos conflitos mundiais, e a expectativa é de que esses conflitos, futuramente, possam acirrar-se, em razão da escassez que poderá vir a ocorrer.

### Água, o ouro azul

Definida por Itamar Franco como ouro azul, a água é fator de soberania dos estados e a sua utilização não pode ignorar dados históricos e incontestáveis, que prevêem a sua escassez. O governador de Minas disse também que, no Fórum Mundial de Águas, em Marrakesch, em 1997, a Unesco já alertava para a importância de se criar uma nova ética para o uso da água, fundamentada em uma consciência da necessidade de se distribuir e compartilhar. "Dentro dessa nova realidade, a água não pode ser entregue à ganância daqueles que buscam o lucro, negociando com vidas humanas como se fossem coisas banais e sem qualquer interesse, substanciadas em valores representados por notas com lastro bancário", afirmou. E para ele, somente o Estado pode determinar esta nova ética.

- Por isso, privatizar Furnas à revelia do governo de Minas Gerais, por encerrar o direito ao uso de um bem de domínio público inalienável, fere o espírito e a letra da ordem jurídica vigente, além de atentar contra os interesses vitais da população: "Minas Gerais irá até o fim com esta luta", garantiu.

# Benedita veta projeto de lei que impede a privatização do Saneamento no Rio

## O QUE É ISSO, COMPANHEIRA?



**O veto da vice-governadora Benedita Silva ao projeto de lei n.º 173/99 - que torna o Saneamento de competência exclusiva e intransferível do governo do Estado do Rio - causou polêmicas na Assembléia Legislativa - ALERJ -, onde os deputados da Frente Parlamentar em Defesa da CEDAE estão se articulando para derrubá-lo.**

Para os deputados, o veto do Executivo por si só já representa um absurdo, considerando-se que um dos compromissos do então candidato ao governo do Estado, Anthony Garotinho, foi o de manter a CEDAE no setor público. Segundo os deputados da Frente Parlamentar em Defesa da CEDAE, o fato da vice-governadora, Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores -PT- ter assinado o veto, deixa o seu partido em uma situação bastante constrangedora, levando-se em conta o posicionamento do PT totalmente contrário à privatização da Empresa. Aliás, considerando-se o absurdo de que o Partido dos Trabalhadores, através da "companheira Bené", vetou um projeto de lei - apresentado inicialmente pelo PFL - , o Jornal da ASEAC resolveu entrevistar o presidente Nacional do PT, deputado federal José Dirceu. Infelizmente, apesar de termos entrado em contato com a sua assessora de imprensa, Thelma Feher, e ela ter confirmado que o parlamentar daria a entrevista, isto não ocorreu.

A verdade é que o veto pessoal de Bené ao projeto 173/99 não agradou em nada ao PT, provocando constrangimentos tais que será examinado na Convenção Regional do partido, no final de outubro, pelos 800 delegados petistas de todo o Rio de Janeiro. A convenção, segundo informação do deputado Chico Alencar, poderá aprovar uma moção pública de repúdio à atitude da vice-governadora, a pedido do próprio parlamentar.

### O risco da privatização

Para o petista, no entanto, a responsabilidade maior do veto é do governador Anthony Garotinho: *O projeto de Garotinho abre perspectivas à privatização. O governador nunca escondeu que está dando uma chance à CEDAE. Já afirmou mesmo que, se em um ano, a CEDAE não melhorar a arrecadação e o serviço, ele vai privatizar a Empresa.*

Chico Alencar considerou inaceitável e paradoxal o veto de quem, como o governador Garotinho, sempre defendeu a CEDAE e foi eleito por uma coligação de partidos, que garantiram que a Empresa não seria privatizada: "Agora, mais paradoxal ainda é o fato de que na ausência do governador, o veto ter sido assinado pela vice-governadora, que é do Partido dos Trabalhadores, que tem uma visão unânime reiterada pelo seu diretório regional contra a privatização da CEDAE".

Chico Alencar explicou que a bancada do PT, através dos seus oito deputados, aperfeiçoou o projeto para garantir a participação das

prefeituras: "E certamente votará pela derrubada do veto, também, por uma questão de coerência". O parlamentar fez questão de explicar que o fato de a CEDAE ainda não ser uma empresa que considere fundamentalmente a sua função pública, isto não significa que ela deva ser abandonada à sua própria sorte. Segundo o parlamentar, nos Estados Unidos - pátria da lógica de mercado - 90% dos serviços de Saneamento são públicos: "Também não é irrelevante a arrecadação da CEDAE ser igual a do Estado da Paraíba - cerca de R\$ 80 milhões/mês", explicou.

Afirmou ainda que não se pode pensar a CEDAE sem pensar grande: "Precisamos pensar a Empresa dentro de um contexto maior, que envolva até mesmo o risco do esgotamento dos recursos hídricos do Estado. E tudo o que se esgotou no Planeta, não podemos esquecer, foi em função da sanha do lucro mercantilista. Portanto, precisamos ter o controle público dos recursos hídricos", defendeu o parlamentar.

O deputado criticou o Brasil de FHC, que vive a visão globalizante e reforça a idéia de que nada tem salvação via Poder Público, por este ser considerado incompetente e corrupto: "É esta idéia que faz com que o Saneamento seja tratado como negócio que precisa dar lucro. Água é vida e não tem que dar lucro", finalizou.

### Minc contesta Chico Alencar

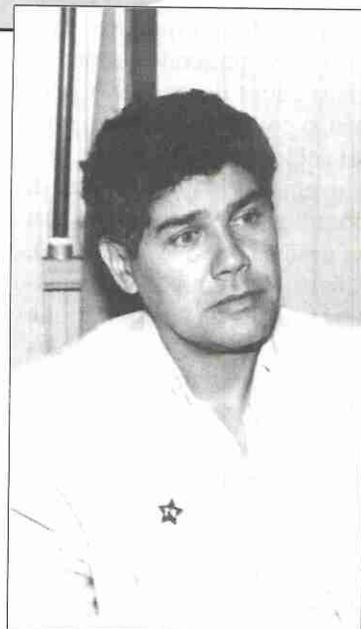
Já para o líder do PT na ALERJ, deputado Carlos Minc, a responsabilidade de vetar o projeto de Lei n.º 173/99 não foi da vice-governadora, Benedita da Silva, mas sim do governador Anthony Garotinho. Na opinião, de Minc, aliás, o projeto de lei da deputada Solange Amaral tem muitas falhas: "Pessoalmente, estou investindo mais no projeto do deputado Edmilson Valentim, do PC do B. Na verdade, a bancada do partido ainda não decidiu se vai brigar contra o veto".

Segundo Minc, a própria Bené lhe contou que assinou o veto apenas porque Garotinho estava viajando, mas a decisão foi dele. Ao ser indagado sobre o comportamento do governador e se há risco dele vir a privatizar a CEDAE, o líder da ALERJ disse que preferia não falar sobre hipóteses: "O PT é a favor de um sistema público de Saneamento Básico. É a favor de uma gestão partilhada estado/município. Ponto. Até agora, o governador não fez nada que nos fizesse concluir que isto não ocorrerá".

Minc finalizou, dizendo que, por várias vezes, o governador lhe garantiu que não vai privatizar a CEDAE: "A idéia do governador é ter um sistema compartilhado, onde a produção seja do Estado e a distribuição do estado, município ou iniciativa privada", finalizou.

**"A responsabilidade maior do veto do projeto de lei é do governador Anthony Garotinho"**

Chico Alencar



# Prefeitura luta para devolver à CEDAE a operação do Sistema

**S**e depender do prefeito de Campos, Arnaldo Viana, a concessão dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos no Município não vai permanecer com o Consórcio Águas do Paraíba. Arnaldo classifica o contrato assinado pelo ex-prefeito Sérgio Mendes como “lesivo aos interesses do município”. A posse da empresa, em substituição à CEDAE, no último dia 14 de setembro, foi amparada por decisão do juiz Geraldo da Silva Batista Júnior, da 4ª Vara Cível de Campos, que se respaldou na carta de ordem 126/99 do desembargador Thiago Ribas Filho, do 3º Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado.

Mas as entidades representativas do setor não se deram por vencidas e aguardam para breve que a justiça reverta o quadro atual. Uma ação popular já foi impetrada contra a decisão, pois a empresa favorecida está explorando economicamente bens pertencentes ao Estado para operar o sistema local, sem autorização da Assembléia Legislativa. Além disso, o Consórcio privado não tem autorização legal para explorar as águas do Paraíba do Sul, que é um rio federal. Segundo a Lei de Recursos Hídricos, a outorga só poderia ser dada pela União, uma vez que o rio corta três Estados brasileiros.

A concessão dos serviços de abastecimento de água é de competência municipal, mas quem deu posse ao Consórcio privado foi um oficial de justiça. Na data, o prefeito Arnaldo Viana esta-

Foto: Arquivo



A justiça autorizou, no dia 14/09, a transferência do Sistema ao setor privado

va no distrito de Santo Eduardo, acompanhando o relançamento do “Programa do Café”, mas garante que não foi procurado. A reintegração de posse à CEDAE, solicitada no dia 15 de setembro pelo Procurador Geral do Município, Helson Henrique de Oliveira, já foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça, na quinta-feira, 30 de setembro, mas por se tratar de matéria constitucional foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão final também está sendo aguardada.

Arnaldo está otimista com relação à decisão do STF, mas já tem uma preocupação. Como poder concedente, a pre-

feitura não participou da posse do Consórcio, por isso não sabe o que estará recebendo de volta.

A batalha pela concessão dos serviços começou em 1995, quando uma CPI da Câmara Municipal denunciou o convênio com a CEDAE. Na ocasião, o prefeito da época, Sérgio Mendes, mandou abrir licitação para privatizar o Saneamento no município. Venceu a concorrência o Consórcio Águas do Paraíba, formado pelas empresas Queiroz Galvão, Carioca Christiani-Nielsen Engenharia, Cowan Engenharia e Desenvoloper. A vitória do consórcio veio após várias “pendengas” nos tribunais de jus-

tiça e brigas com os prefeitos Anthony Garotinho e Arnaldo Viana – que sucederam Sérgio Mendes. Eles consideraram o contrato lesivo aos interesses da cidade.

Na verdade, a privatização do Saneamento em Campos nunca foi aceita pelo Poder Público municipal, representado pelo atual prefeito Arnaldo Viana e pela Câmara Municipal. No Diário Oficial do Município do dia 15 de setembro, o prefeito publicou decreto em que, depois de várias considerações, mantém a concessão dos serviços nas mãos da CEDAE. Em outro artigo, o prefeito rescinde o contrato com o consórcio Águas do Paraíba, baseado em “razões de interesse público de alta relevância”.

Além do prefeito e da Câmara de Vereadores, a CEDAE ganhou o apoio do Diretório Municipal do PDT, que divulgou nota oficial na primeira página do Jornal Monitor Campista, o Diário Oficial da cidade, em que se diz “perplexo com a postura do Judiciário no episódio envolvendo o Poder Público Municipal, a CEDAE e o Consórcio Águas do Paraíba. Entende o PDT que a decisão dando posse à empresa privada é equivocada, pois inexistente contrato entre as partes em função da edição dos decretos 183 e 184/99 e colide com os interesses da população.

Na edição de 18 de setembro, o mesmo órgão publicou moção de repúdio do Sindicato dos Trabalhadores de Campos e Região Norte e Noroeste do Estado “pelo assalto às instalações da CEDAE”.

## Histórico da questão

**1995** - Aberta a CPI para apurar denúncia de má qualidade da água servida pela CEDAE.

**Abril de 1996** - Aberto o processo de licitação para a privatização do Saneamento no município. Em setembro, sai o resultado da licitação. Vence o Consórcio Águas do Paraíba. No dia 13 do mesmo mês, é assinado o Decreto 55/96 que concede os serviços de Saneamento ao Consórcio privado. Ainda no mesmo mês, a CEDAE entra com mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Estado.

**Setembro de 1997** - O 3º Grupo de Câmaras Cíveis do TJE julga a ação improcedente e o então prefeito, Anthony Garotinho, nega a pos-

se das instalações da CEDAE ao Consórcio privado.

**Abril de 1998** - O Consórcio entra com mandado de segurança no TJE contra o prefeito de Campos, o presidente e o Superintendente da CEDAE da Região.

**Mai de 1998** - O Consórcio privado tenta assumir “no peito” as instalações da CEDAE. Há resistência por parte dos empregados, com trocas de tiros, disparados pela segurança da concessionária privada. Ainda no mesmo mês, com autorização da justiça, o Consórcio começa a vistoriar o sistema, acompanhado do secretário de Obras da Prefeitura, Edilson Peixoto, dois oficiais de justiça e um represen-

tante da Procuradoria do Município. Após 10 dias de trabalho, o prefeito Arnaldo Viana pede mais tempo. A CEDAE se aproveita disso, para entrar com pedido de liminar no STJ, alegando que estava investindo R\$ 15 milhões na ampliação da estação de tratamento de Campos e em obras já em fase de conclusão, no Distrito de Travessão. Ainda em maio, começa a CPI para examinar o contrato celebrado com o consórcio Águas do Paraíba pelo ex-prefeito Sérgio Mendes, em 1996.

**Julho de 1998** - Termina a CPI. O relator, vereador Antonio Carlos Rangel (PT), qualifica o contrato como “ilegal, danoso ao cidadão consumidor e aos interesses do Poder Público concedente”.

**Setembro de 1999** - O prefeito de Campos, Arnaldo Viana, edita o Decreto 184/99, publicado em 15 de setembro no Diário Oficial do Município, revogando o decreto 55/96, mantendo a concessão dos serviços de Saneamento de Campos com a CEDAE e rescindindo o contrato celebrado com o consórcio privado, baseado nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93, “por razões de interesse público e alta relevância”. Ainda no mesmo mês, ignorando a decisão do prefeito, o juiz Geraldo da Silva Batista Júnior autoriza a posse do Consórcio privado, baseado na Carta de Ordem para execução, extraída do mandado de segurança nº 238/98, do 3º Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça”.

# A quem interessa o Estado mínimo?

## Quando tudo é privatizado, quem tem dinheiro compra. Quem não tem...

Abílio Tozzini\*

Os que defendem a privatização como um modelo de sociedade alegam que o Estado é ineficiente, paquidêmico e perdulário. Curiosamente, no entanto, governam esse mesmo Estado que tanto criticam. E não querem largar o governo. Dizem que o Estado não sabe gerir os serviços essenciais, como telecomunicações, combustível (petróleo), energia elétrica, transportes, recursos minerais, siderurgia e até mesmo o Saneamento Básico (distribuição de água e coleta de esgotos).

Ora, não existe diferença entre os trabalhadores do serviço público (que trabalham para o Estado) ou da iniciativa privada (que trabalham para os capitalistas). São pessoas comuns. Somos nós, nossos familiares: pais, irmãos, parentes, vizinhos etc. Logo, se o serviço público não funciona, como os *privatistas* dizem, não seria por responsabilidade de quem exerce o governo hoje? Então, não seria o caso de trocar o governo?

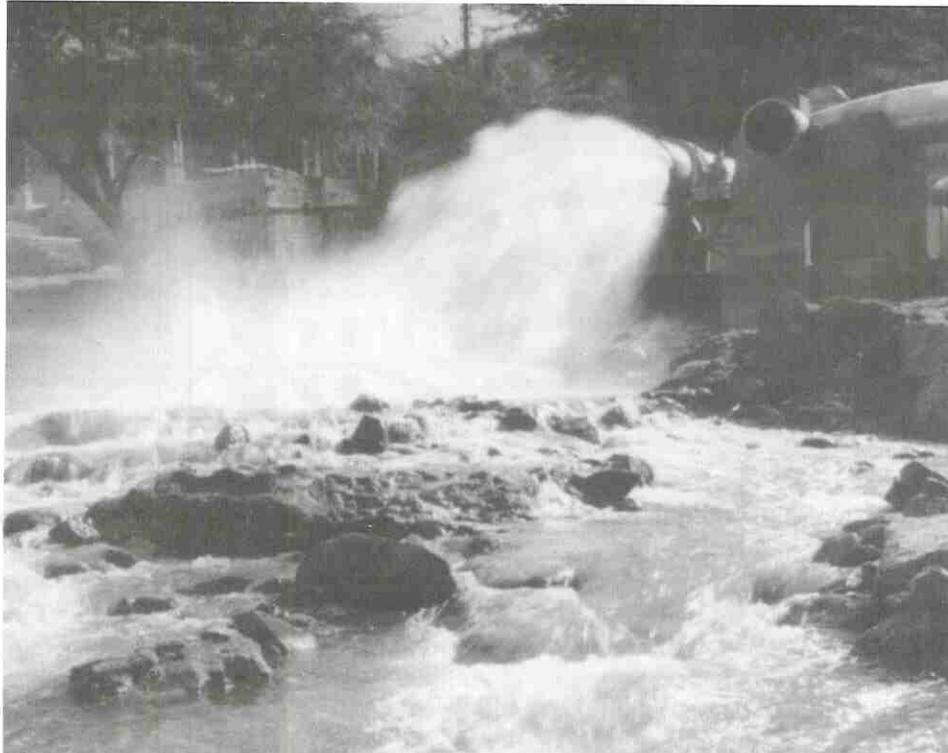
Se os trabalhadores do serviço público hoje se deixam corromper, como eles dizem, quem age como corruptor? Mais do que isso, vejamos, se o recurso público é mal gerido, como afirmam os *privatistas*, quem ganha com isso? Para quem são desviados os recursos públicos que desaparecem?

Quem controla as privatizações, quem controla o serviço privatizado, não continua sendo o próprio Estado?

Por exemplo: no caso do fornecimento de água e da coleta de esgotos. Se o Estado não tem lucro financeiro para atender a população com água tratada e coleta de seus esgotos, por quê este serviço ficaria mais barato nas mãos de um capitalista, que tem por objetivo o lucro? Será que o capitalista vai dar água de graça? Ou será que vai gerar desemprego, cortar salários, demitir trabalhadores e miserabilizar, com a terceirização, ainda mais a sociedade?

Vamos raciocinar: O percentual da população que trabalha para viver não é a grande maioria do povo? Então, a privati-

Foto: Arquivo



É impossível água mais barata nas mãos do setor privado que só visa o lucro

zação - o Estado mínimo - é bom para quem? Temos hoje a produção do aço (CSN) privatizada, o setor petroquímico privatizado, o setor de minérios privatizado, o setor das telecomunicações privatizado e o setor portuário também. - E o que nós ganhamos com isso? Nada. Aliás, perdemos. No caso dos serviços públicos, a qualidade caiu e os preços aumentaram. O setor rodoviário, por exemplo, foi privatizado e as empresas concessionárias privadas estão cobrando pedágios caríssimos. E tudo isso a propósito de quê?

Hoje, a miséria, o desemprego, a violência, a falta de perspectivas para os jovens e a criminalidade aumentaram de forma tão assustadora quanto a promiscuidade. Temos que já que tudo é privatizado, quem tem dinheiro compra... Quem não tem... A verdade é que, com o enfraquecimento do Estado, a população ficou mais pobre.

Se a economia de mercado é quem

manda, não precisamos mais de Pátria. E por extensão, nem de família, nem de pai, nem de mãe. Se a Mãe-Pátria, a família maior, fragmentou-se, o Estado acabou e a sociedade é de livre mercado, por quê manter laços que dificultam a livre competição?

Para mim, está claro que os membros do governo que levam o Estado brasileiro à degeneração são grandes criminosos contra toda uma população: com a sua mensagem subliminar, destróem os sentimentos incipientes de nacionalidade da jovem nação brasileira em formação.

Está claro que eles são falsos moralistas, saqueadores, que enganaram a população de uma nação-criança para pervertê-la, saqueá-la e roubá-la. Pergunta-se: Se tiraram todas essas riquezas do Estado brasileiro (Companhias Siderúrgicas, Indústria Petroquímica, Mineradoras, Portos, Rodovias, Empre-

sas de Telecomunicações, Energia Elétrica etc.), se o Estado brasileiro tinha esses tesouros, que hoje são de outros donos, quem são eles? E como estão as fortunas pessoais dos governantes e de seus herdeiros, que conduziram essas privatizações? E de onde vêm os recursos para financiar as suas milionárias campanhas eleitorais? Venderam-se! Venderam-nos!

Na verdade, desde o início deste processo, as pessoas que conheço ficaram mais pobres. E como já disse, os jovens têm hoje uma perspectiva menor de futuro, de emprego. O meu próprio salário está achatado, diminuiu. E ao meu lado, vejo muito mais trabalhadores terceirizados e miserabilizados. Além disso, noto que, nas calçadas, o número de mendigos aumentou e a horda de jovens que se entregam ao tráfico e usam drogas também cresceu.

O curioso é que o Plano Real parece se tornar uma miragem, exatamente quando o poço das estatais para serem saqueadas começa a secar.

Falta privatizar a Petrobrás, que está solapando com os "leilões - doações" das reservas potenciais que a Estatal descobriu e foi obrigada a entregar para o genro do presidente FHC leiloar. Falta privatizar também a água que você bebe. E você vai permitir? Vai permitir que essa água se torne envenenada?

Acorde! Os saqueadores estão em seu quarto de dormir. Fora com eles! Sua Pátria é o seu lar. Lute para retomar para o seu país, o que os saqueadores, fantasiados de governo, estão roubando. Reestatização do setor de infra-estrutura do País já! O que se tem de jogar fora não é o patrimônio do país, são os governantes corruptos e *privatistas* corruptores.

*\*Abílio Tozzini é Analista de Sistemas da Petrobrás e, atualmente, exerce o cargo de presidente da Associação de Moradores da Lauro Muller - ALMA.*

Jornal da ASEAC  
ASEAC

Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE.  
Rua Sacadura Cabral, 120, salas 601/602/607/902 - RJ.  
Tel (021) 263 6240 - Telefax 253 7482  
Home Page: [www.aseac.com.br](http://www.aseac.com.br)  
E-mail: [aseac1@ism.com.br](mailto:aseac1@ism.com.br)

IMPRESSO